

06.janeiro.2015 – 11h00

## RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

- Entidade:** **Comité Paralímpico de Portugal (CPP)**  
Dr. Humberto Santos (Presidente) e Dra. Catarina Mendonça
- Recebidos por:** Deputados Diana Ferreira (PCP), Paulo Cavaleiro e Pedro Pimpão (PSD) e Laurentino Dias (PS)
- Assunto:** [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#)

**Exposição:** A Sra. Deputada Diana Ferreira (relatora desta temática) efetuou um breve enquadramento da audição, referindo que estão a ser ouvidas várias entidades para recolha de contributos, visando a execução da [Resolução n.º 87/2014, Aprofundar a proteção das crianças, das famílias e promover a natalidade](#).

O Sr. Presidente do Comité Paralímpico de Portugal (CPP) agradeceu o convite e explicou que esta matéria nunca foi objeto de análise por parte do CPP, pelo que foi com surpresa que recebeu o convite. Disse acompanhar as preocupações subjacentes à Resolução, sendo, aliás, o lema do CPP “igualdade, inclusão e excelência desportiva”.

Apresentou, de seguida, algumas das preocupações do CPP relativamente às crianças e jovens com deficiência, que em síntese se indicam:

- Dificuldades no acesso à educação;
- Constrangimentos na atividade física nas escolas. O processo de socialização torna-se diferente para este grupo, quando se sabe que a atividade física é extremamente importante e, no caso das pessoas com deficiência, é muitas vezes um elemento de afirmação social, fundamental para o desenvolvimento humano;
- A legislação social nem sempre tem permitido a mudança das condições de vida das pessoas. A este propósito, lembrou o trabalho desenvolvido, durante cinco anos, e que levou à aprovação, por unanimidade, da Lei n.º 46/2006, de 28 de agosto, *que Proíbe e pune a discriminação em razão da deficiência e da existência de risco agravado de saúde*, cujos efeitos práticos considerou quase nulos, por falta de regulamentação.

Terminou, dizendo esperar que o resultado final deste trabalho não fique pelas linhas orientadoras ou pelos princípios.

Interveio, de seguida, o Sr. Deputado Pedro Pimpão (PSD) que agradeceu a presença e referiu que a Assembleia da República se uniu num processo agregador para encontrar soluções para um problema, que é reconhecido por todos. Agradeceu o contributo do CPP sobre esta matéria, lembrando que tem tido um trabalho notável, no sentido da inclusão dos atletas com deficiência. Considerou ainda que a Assembleia da República deverá criar mecanismos de eficácia para a legislação que aprova e disse esperar que sejam encontradas medidas concretas que permitam inverter a situação do nosso país.



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA

---

O Sr. Deputado Laurentino Dias (PS) cumprimentou a delegação do CPP e considerou que o melhor incentivo que os responsáveis políticos podem dar aos seus cidadãos, para rejuvenescer a sociedade, é convencê-los de que os poderes públicos protegem as famílias. Reconheceu que tem existido falta de coragem em assumir a Educação Física como uma área prioritária para as crianças e os jovens, sobretudo no pré-escolar e no ensino básico e, em especial, para os portadores de deficiências, pelo que considerou fundamental reforçar a proteção do Estado, na área específica do acesso à prática desportiva.

A Sra. Deputada Diana Ferreira (PCP) agradeceu a presença e afirmou que a questão que está em discussão não pode ser desligada da situação económica e social do país, decorrente das opções dos sucessivos governos. Recordou os trabalhadores da Segurança Social, com deficiência, que foram abrangidos pelo processo de requalificação, e defendeu uma rede gratuita, inclusiva e de qualidade, que o Estado deve assumir, tendo em vista o desenvolvimento integral do indivíduo. Disse, por último, acompanhar as preocupações do CPP nas áreas da educação e do desporto e referiu, a este propósito, o [projeto de resolução](#) apresentado pelo PCP, sobre esta matéria.

O Sr. Presidente do CPP disse partilhar da generalidade das questões referidas e manifestou-se disponível para dar o seu contributo e, eventualmente, aprofundar esta questão, caso seja esse o entendimento.

A documentação da audição, incluindo as gravações áudio e vídeo, está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

Palácio de São Bento, 06 de janeiro de 2015

A assessora  
*Cristina Tavares*